



Debate Orçamento Regional 2016 – ALRAM - 15 de dezembro

JPP - INTERVENÇÃO FINAL DO ORÇAMENTO

Os documentos que suportam a atual proposta do Orçamento da Região Autónoma da Madeira, não refletem, efetivamente, o fim do programa de assistência financeira. Por outras palavras, o alívio fiscal é redutor, é diminuto, face à expectativa criada pelas promessas eleitorais do PSD, a uma população, que auscultada, se sente enganada e defraudada.

Estimados madeirenses, a Madeira não vai baixar impostos prometidos. A Madeira e o Porto Santo continuarão a pagar os mais altos impostos do país. Os intervenientes estão identificados.

Os objetivos do orçamento (leia-se na “Introdução”) mostram a natureza de obtenção de um saldo de equilíbrio, com o objetivo de promover o investimento, o crescimento económico, a melhoria dos níveis de emprego e a qualidade de vida da população. Não esqueçamos, senhor presidente do Governo, demais membros do Governo, que estes objetivos estratégicos assentam sobre a maior carga fiscal de que há memória desde o 25 de abril, na Madeira: a anulação imediata do diferencial fiscal (perda de autonomia direta); luz elétrica mais cara; combustíveis mais caros (em substituição do pesadelo das portagens), transportes, IRS e IRC para valores praticados no continente, IVA e aumento da água de rega. Em suma, são as contribuições dos trabalhadores e das empresas que suportam, na atual conjuntura, parte das receitas de um orçamento herdeiro da irresponsabilidade de um governo que escondeu deliberadamente a dívida.

Apresentando um modelo contributivo acima da média, não se espera que a qualidade de vida da população venha a receber tributos significativos.

Refere o Orçamento que a adoção de princípios de *“rigor de controlo orçamental permitiu, nos últimos exercícios económicos, a obtenção de saldos orçamentais positivos quer em 2013 (83.6 milhões), quer em 2014 (+ 87,6 milhões), os quais ficaram a dever-se sobretudo à menor execução da despesa (beneficiando do conjunto das reformas estruturais concretizadas)”*. Esta afirmação é relevante para a perceção do horizonte de argumentação volátil pelo PSD, e pela compreensão do respeito escrupuloso do artigo 33 (violação das regras relativas a compromissos).

É justo fazer analogia comparativa com outros planos de assistência, à escala local (acompanhado o teor do debate na generalidade verificado no dia de ontem). O discurso do PSD para a redução da dívida das câmaras da oposição, repete, em harmonia e em unísono, que tal situação se deveu única e exclusivamente ao empréstimo do PAEL. Ou seja, **o PSD omite que as câmaras da oposição também tiveram a capacidade de**

alicerçar a transparência e o rigor das contas públicas, procurando manter inalteradas as taxas de IMI (para a proteção social e económica dos cidadãos) e um programa de controlo interno de gastos (redução de horas extraordinárias, controlo de custos de transportes e de combustíveis). Por outras palavras, algumas câmaras da região que herdaram os milhões de dívida de anteriores gestões ruinosas do PSD, **já estão a pagar os seus empréstimos do Estado com receitas próprias**, e mais importante, senhor presidente do Governo, secretários regionais e senhoras e senhores deputados:

- **não tiveram o receio infundado de enfrentar o Estado quando está em causa o compromisso, a justiça e a defesa das populações.** Sobretudo, quando planos anteriores assinados pela gestão do PSD determinaram o aumento de impostos, na linha daquilo que sucedeu com o PAEF. A criatividade e a responsabilidade na gestão das finanças públicas não foi inventada pelo PSD, muito menos renascida ou renovada em março de 2015.

Podemos, concluir, com este exemplo prático do saber autárquico, que o poder local, pela proximidade e pela presença direta nos reais problemas da população, é aquele que melhor defende as comunidades.

Numa síntese realista, tirando um tímido alívio no escalão do IRS, não há diferencial fiscal para 2016, e os madeirenses e porto-santenses serão os portugueses a pagar os mais altos impostos no país. Enquanto a Região pagou a dívida com o dinheiro dos contribuintes (e com recurso à banca), as empresas e os cidadãos pagaram com prejuízos, com insolvências e com os despedimentos. A RAM apresenta a maior taxa de desemprego do país e das mais elevadas da Europa, com um total de cerca de 20 mil pessoas. Vários serviços do setor da Saúde encontram-se em falência técnica (falta de recursos materiais e humanos). No setor da educação, verifica-se uma clara aposta nos privados em detrimento do ensino público (subvalorizando investimentos de outrora). Com o aumento da vulnerabilidade social, a opção Política do PSD é investir apenas 2% do ORAM para o setor da Proteção Social que visa, exatamente, proteger a população de situações de calamidade social!

Perante o conjunto de falências verificadas desde 2011, a Região e os responsáveis diretos pela má gestão das finanças públicas ficaram incólumes. Esta é uma situação que, o futuro da responsabilidade política, tem de inverter. É fundamental cumprir as promessas eleitorais. E o que se vê são grandes diferenças entre aquilo que foi prometido, e aquilo que está plasmado nestes documentos de orçamento e de investimento. **Não existem números e palavras que justifiquem a fuga ao compromisso.**

Não raras vezes, a bancada do PSD tem chamado a oposição de irresponsável, de irrealista, e de trazer assuntos que, segundo os próprios, são meras quimeras. Perguntamos, onde já ouvimos esta lengalenga, repetitiva, anacrónica, e diacrónica? Pois, a verdade nua e crua de uma realidade regional, é que, pelo Natal, temos lares a passar fome, vemos estudantes a voltar a casa por não terem dinheiro para as propinas,

e uma taxa de desemprego abismal. Como reage ao PSD, perante esta realidade: com insensibilidade perante os alertas e sugestões da oposição.

Mas a verdade, senhor presidente do Governo é que tem sido a bancada parlamentar do PSD, em termos percentuais, **a chumbar mais as propostas da oposição, do que a própria oposição a dizer não às propostas do GR e do PSD.**

Todo o documento orçamental está sujeito a alterações, sobretudo aquelas que são exequíveis à luz do bem-estar SOCIAL. Com efeito, estamos em condições de apresentar – demonstrando, na especialidade, onde deverão ser otimizados os cortes na despesa, um conjunto de propostas que tendem a demonstrar à população que o JPP dará um sinal claro de um verdadeiro início de um alívio em matéria de impostos:

- **A redução de dois pontos percentuais nos primeiros escalões do IRS;**

- **A redução da taxa de IRC aplicável aos primeiros 15 000€ de matéria coletável de 17% para 15%, aplicando-se a taxa em vigor ao excedente;** (alívio às empresas)

- A obrigação da publicação on-line dos dados referentes à execução orçamental e a informação sobrefundos disponíveis, compromissos, passivos, contas a pagar, pagamentos em atraso, bem como todos os elementos necessários à avaliação da execução das despesas;

- A criação de medidas de compensação, aos agricultores e regantes privados de um serviço contratado e não executado;

- A atribuição de um subsídio de mobilidade ao transporte terrestre (passes sociais) aos estudantes universitários da região;

Estas são medidas que certamente poderão não merecer a concordância do PSD. Mas se tal merecesse (independente da v. estratégia) seria uma oportunidade única, intemporal, para nivelar o índice/percentagem do não-chumbo às propostas do JPP.

E, para finalizar, o próprio PSD terá a possibilidade já na próxima sexta feira, dia 18 de dezembro, de votar favoravelmente um projeto de proposta de lei à AR (que visa alterar o Código do Processo Civil e Código do Processo Tributário) que pretende tornar impenhorável, pelo próprio Estado, a casa de família. Esperemos que, não obstante a baixa de impostos prometidos, seja o PSD (porque detém a maioria), a presentear os portugueses, com esta reposição da justiça social.